

Marcela Casacio Ferreira-Teixeira

Pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Puc-Campinas. Bolsista CAPES

e-mail: marcelacasacio@uol.com.br

Sueli Regina Gallo-Belluzzo

Doutora em Psicologia pela Puc-Campinas.

e-mail: suelibelluzzo@gmail.com

Tania M. J. Aiello-Vaisberg

Professora Livre Docente do IP-USP, coordenadora do Ser e Fazer do IP-USP, Coordenadora do Laboratório de Psicologia Clínica Social e docente da PUC-Campinas. Bolsista Produtividade CNPq e-mail: aiello.vaisberg@gmail.com

RESUMO

UM BEBÊ POBRE E UMA MOÇA RICA: REFLEXOES SOBRE AS ORIGENS DA CRIANÇA ADOTIVA

Preocupados com a saúde mental de crianças e jovens que foram adotados, pretendemos introduzir, no presente trabalho, uma discussão sobre o imaginário das origens da filiação adotiva no contexto brasileiro atual. Um fenômeno aqui bastante frequente é o da busca de informações sobre a família biológica, movimento compreensível desde a perspectiva da psicologia do *self*, mas difícil de ser realizado, em nosso país, mesmo diante da nova legislação em vigor. A partir daí se configura uma nova problemática clínica, na medida em que saber da origem se mescla, numa imensa maioria dos casos, com um defrontar-se com o drama da pobreza. Vivendo normalmente em condições bastante precárias, as mães que abandonam/entregam bebês geralmente são jovens solteiras, com baixa escolaridade e baixa renda, desempregadas ou subempregadas. O quadro também pode incluir uso de drogas e outras problemáticas associadas. Nesse sentido, levantamos, para discussão, como o adentrar na própria história familiar, que forçosamente levaria ao contato com o drama de pobreza, pode se constituir como processo de criação de sentido, em termos de verdadeiro *self*, de integração, caso se dê de modo sustentado em âmbito de ambientes suficientemente bons.

Palavras-chave: adoção, abandono infantil, origens familiares, ruptura, Winnicott

TEXTO

“Vou escrever uma carta para a minha ex-babá. Ela é uma desgraçada. Você sabia que minha mãe contou que ela roubou dinheiro da minha casa? Depois veio falando que estava passando dificuldades, que tinha uma filha pequena e precisava de dinheiro. Vou falar para ela que não se meta mais na nossa vida”. (Comunicação de uma menina de 11 anos durante uma sessão de psicoterapia)

Pretendemos discutir nesse trabalho o imaginário sobre as origens na filiação adotiva. Desmembraremos esse problema fundamentando-o de forma concreta, na atual situação brasileira. A paciente, cuja fala apresentamos acima, uma menina inteligente, sabida e rica, é negra. Sempre se referia com termos vagos e nebulosos à sua condição racial e à sua história de vida. Tratava, em contraponto, com muita crueldade tudo o que a fazia lembrar dos pobres, dos pacientes do Sistema Unificado de Saúde - SUS, das crianças das escolas públicas e dos bebês, filhos de domésticas, que ficavam em creches. Circulava em seu imaginário alguns horrores sobre ser pobre, sobre a possibilidade de ser abandonada, de não poder comer tudo que queria e de não poder viajar para onde quisesse. Neste contexto, sempre revelava fantasias quanto à própria origem pois parecia saber que havia uma diferença meio misteriosa entre ser abandonada e sofrida ou usufruir de uma situação de vida afortunada.

Dificuldades em acessar as origens familiares...

O desejo de conhecer a família biológica é, evidentemente, compreensível, numa sociedade fortemente organizada em termos de classes sociais, na qual se atribui à família o encargo direto do cuidado e proteção das crianças. Deste modo, não nos surpreende que parcelas da sociedade civil se tenham mobilizado, por meio de movimentos sociais, engajando-se numa luta pelo direito do adotivo conhecer sua origem, o que veio a ser alcançado na Nova Lei de Adoção (2009). Assim, contamos, atualmente, com uma evolução na legislação brasileira que facilita o acesso à própria história da adoção¹.

Malgrado o fato de haver hoje uma viabilização do acesso às origens, na prática isso nem sempre se realiza, dada a falta de registros. Para situar o quanto tal situação se revela complicada e dificultosa na prática, basta lembrar que a rodas dos expostos – caixa giratória instalada nos hospitais, que acolhia anonimamente bebês para adoção - foram fechadas em São Paulo apenas em 1950. Entre 1950 e 1970, constata-se uma lacuna na história jurídica sobre registros de crianças adotadas, como se houvesse uma manobra visando manter a mãe que entrega o bebê numa condição de invisibilidade, dada a informalidade da adoção vigente até então. Deste modo, sustentou-se tanto um ocultamento de informações, quanto uma cisão na relação das famílias biológicas e adotantes. Esta forma de administrar esses processos gerou lacunas abismais na história de vida de muitas pessoas, tanto dos adotivos, que buscam suas origens, como de mães, que entregaram bebês e se arrependeram, almejando pelo menos se redimir com seus filhos biológicos entregues (Fonseca, 2012).

Como nos mostra a clínica, sob o ponto de vista do filho adotivo, vivenciar uma história de abandono pela mãe mostra-se tão marcante, que muitos podem levar anos para aceitar, compreender ou elaborar emocionalmente sua própria história. Dentre as várias razões para isso, algumas são muito concretas, tais como as dificuldades de encontrar registros ou vestígios confiáveis. Por outro lado, mesmo que este problema seja, deste a Nova Lei da Adoção, de 2009, superado, já que por meio desta foi introduzida a possibilidade do registro da família biológica nos processos de entrega dos bebês para adoção, há que

¹ Debates sobre o problema da origem do indivíduo tendem a, atualmente, desembocar na discussão do *direito* ao seu acesso, o que por sua vez acarreta uma discussão jurídica nem sempre coerente com os problemas da psicologia e da psicanálise. Afinal, tal direito à informação parece-nos óbvio, mas, utilizá-lo como sinônimo de imprescindibilidade na saúde da família adotiva, mostra-se temerário.

considerar o imaginário dos pais adotivos. Habitando campos de sentido afetivo-emocionais frequentemente paranoides (Bleger, 1963), parece haver, nesse imaginário, uma atmosfera de horror em torno da possibilidade de virem a ser, por seu turno, vítimas de abandono filial. Tal atmosfera, se não paralisa, torna epopeica a busca das origens realizada pelo filho adotivo.

Outra questão, altamente relevante, diz respeito ao fato da busca pela adoção ser predominantemente motivada por esterilidade, o que acaba marcando profundamente a relação com o filho adotivo. Encontramos casais que elaboram de forma satisfatória sua limitação biológica, mas para outros a esterilidade é sentida como uma ferida narcísica. Nestes casos, podem surgir sentimentos ambivalentes em relação ao filho adotivo, que representa a lembrança inquestionável de uma importante limitação do casal parental. Neste contexto, negar a origem desse filho equivale a negar a própria infertilidade. Entre os profissionais, que lidam com a adoção, é consenso a necessidade de lidar clinicamente com os sentimentos acerca da esterilidade, pois sabemos que sua elaboração pelo casal depende do seu nível de amadurecimento emocional (Levinzon, 2006).

Certa vez, durante um atendimento psicológico a uma família adotiva, a mãe declarou não conhecer ao certo detalhes da história vivida pelo filho anteriormente ao seu encaminhamento para o abrigo. Ato contínuo, mudou de assunto, passando a focalizar um problema escolar, que a criança enfrentava, naquele momento. Ao ser solicitada, pela psicóloga, a retomar o assunto anterior, instalou-se um clima de angústia e horror. Fantasias, crenças, intuições começavam a circular no encontro, em um cenário de feições verdadeiramente misteriosas.

Outro paciente adotivo, já adulto, disse à psicóloga que hoje reconhece ter vivido toda uma vida acreditando que não poderia saber de verdades. Histórias? Nem pensar... Toda vez que se aproximava do seu pai para questionar qualquer assunto sobre bebês ou filhos, o pai logo lhe dizia: “Não vem com essas perguntas”.

A relutância dos pais em revelar ao filho adotivo sua história de vida inicial pode estar ancorada em fantasias inconscientes de roubo/perda principalmente quando o processo de adoção ocorre pelas vias informais. Em um estudo de caso, Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2012) questionam se, após a vigência da nova lei da adoção (Brasil, 2009), essa fantasia seguiria vigente nas adoções mantidas nos moldes legais. Esta lei prevê a realização de estudo psicossocial prévio da condição de adotabilidade, atenção psicossocial à família de origem e a preparação para a parentalidade adotiva. Entendemos que são avanços no sentido de mais atenção às necessidades da criança ou adolescente a ser adotado, mas questionamos como ocorreria essa preparação para a parentalidade. Winnicot (1955/1997) destaca a importância da estabilidade e da continuidade do novo lar para o desenvolvimento saudável da criança. Aponta, também, para a necessidade de que a família adotiva seja capaz de oferecer um ambiente seguro e estável no qual a criança possa crescer, tomar contato com a sua história e identificar-se. Sabemos que essas condições são possíveis quando os pais tiveram condições de ter uma experiência favorável ao seu desenvolvimento emocional.

Para além do problema das dificuldades das famílias, como um todo, em absorver sua própria história de infertilidade, de luto, de morte, de medo e de frustração, há uma construção nociva, que estudamos em outra pesquisa, que exporemos brevemente, acerca

da exclusão insidiosa da criança, dentro de seu próprio meio familiar (Pontes et al, 2008). No Brasil, o fenômeno da exclusão social, que impede muitas crianças de crescerem em ambiente familiar, faz imaginar que os bebês efetivamente adotados teriam evitado um destino de exclusão. Entretanto, quando examinamos o problema atentamente, vemos que a situação é mais complexa. Detectamos a ocorrência de um fenômeno, mais velado e sutil, que afeta aqueles que foram aceitos exatamente pela sua condição de bebês, incapazes, portanto, de ter memória consciente da vida anterior à adoção. Buscados geralmente por casais com dificuldades reprodutivas, os bebês adotados servem a propósitos, nem sempre claramente conscientes, de ruptura de todo e qualquer vínculo da criança com a família e grupo social de origem:

“Como resultado, a criança adotiva pode ser aceita, em muitos casos, porque nem parece adotiva, o que configura uma situação de discriminação e exclusão verdadeiramente insidiosa, que pode gerar efeitos devastadores em termos dos sofrimentos emocionais envolvidos. Este quadro incide diretamente sobre processos de emergência da personalidade individual conhecida como constituição de self (Winnicott, 1960), afetando a possibilidade de se alcançar uma posição existencial que permita ao indivíduo não apenas escapar à psicopatologia, mas também se sentir vivo, real e capaz de gestualidade espontânea e transformadora (Winnicott, 1971). Tal questão, que é fundamental no campo da psicopatologia psicanalítica, vem recebendo, mais recentemente, grande atenção por parte de sociólogos, capazes de compreender quão importante é o campo social nos delicados processos de constituição de self (Giddens, 1999). (Pontes et al, 2008).

Tais considerações convergem com achados de outros estudos, que tem pesquisado a criança adotiva, no campo da psicologia, sob os mais variados aspectos. Um dos achados mais significativos dessas investigações é o preconceito da sociedade frente à criança adotiva (Weber, 2003, Ferreira, 2006), incluindo fantasias, dos próprios pais adotivos, associadas a medos e angústias (Iyama, 2004).

Voltemos à comunicação com a qual iniciamos este texto. Havia ali uma condição embotada acerca da verdadeira história de constituição de família, de organização de parentesco e de filiação. Embora as dúvidas da menina, nem sempre conscientes, aparecessem nas sessões de psicoterapia, as lacunas e rupturas na experiência com sua família adotiva alimentavam as condições de falta de sentido. Haveria alguns caminhos em sua viagem de busca pelas origens. Sem dúvida, andar pelo caminho associado a uma mãe sozinha, muito pobre, que usava crack e que, por falta de opção, deixou-a, e aos dois outros filhos, com uma tia, não era uma tarefa fácil. Entretanto, aproximar-se das mães domésticas, babás, com filhos em escolas públicas ou de pessoas que estavam no semáforo, pedindo dinheiro, talvez fosse uma caminhada alternativa. Lembremos de Freud (1919) e suas concepções sobre o estranho, algo tão distante, mas familiar, que nos acompanha em momentos específicos de nossas vidas. E pode nos dizer sobre as verdades... Nesse sentido, esta pacientezinha não precisaria se ver próxima da mãe que a deixou, mas poderia encontrar e conhecer o “drama” que a levou à adoção.

Não apenas informações concretas da *história* da criança, mas dificuldades na rede experiencial, no sentido da *área transicional* (Winnicott, 1967) tão importante na constituição do *self*, provocavam efeitos no desenvolvimento emocional.

Finalizamos lembrando que nos encontramos num terreno perigoso, que é aquele da ruptura da continuidade de ser e do desenvolvimento humano saudável (Winnicott, 1956).

Não nos surpreende saber que nem todas as crianças que desconhecem seus pais biológicos são infelizes. De qualquer forma, no nosso imaginário existe uma experiência de incômodo quando *certo tipo de desconhecido* entra em cena – um desconhecido que não é aquele compartilhado por todos os humanos.

Referências

Aiello-Vaisberg, T. M. J. Investigação de Representações sociais. In *Formas de investigação clínica em psicologia: procedimento de desenhos-estórias*. Walter Trinca (org). São Paulo, Vetor, 1997.

Aiello-Vaisberg, T. M. J. e Machado, M. C. L. (2003) Transicionalidade e fisionomia coletiva. In: *Cadernos Ser e Fazer: Apresentação e materialidade*, Tania Aiello-Vaisberg e Fabiana F. Ambrosio (orgs). São Paulo: Instituto de Psicologia USP.

Bleger, J. *Psicologia da Conduta* (1963). Trad. Emília de Oliveira Diehl. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

Ferreira, M. C. (2006) *Encontrando a criança adotiva: um passeio pelo imaginário coletivo de professores à luz da psicanálise*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Psicologia do Centro de Ciências da Vida. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Ferreira, M. C. e Aiello-Vaisberg, T. M. J. Concepções psicanalíticas sobre adoção: algumas considerações éticas. In: Fabiana Fallador e Ambrosio; Tania Aiello-Vaisberg. (Org.). *Reflexões éticas na clínica contemporânea*. Universidade de São Paulo, 2005, p. 118-127.

Fonseca, C. (2008) Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco. *Rev. Estud. Fem.* [online]. vol.16, n.3.

Freud, S. (1919). O 'Estranho'. In: *Edição Standard Brasileira das Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, Vol. XVII.

Iyama, R. (2004). *Os pais adotivos: preconceitos, fantasias, fatores motivacionais inconscientes e suas implicações na formação do sintoma da criança*. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. 132p.

Levinzon, G. K. (2006) A adoção na clínica psicanalítica: o trabalho com os pais adotivos. *Mudanças – Psicologia da Saúde* (14(1), 24-31p.

Levy, L. e Jonathan, E. G. A criança adotada no imaginário social. *Psico Porto Alegre*, 35 (1), pp. 1-68, 2004.

Otuka, L.K.; Scorsolini-Comim, F.; Santos, M.A. (2012) Adoção Suficientemente Boa: Experiência de um Casal com Filhos Biológicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(1), p. 55-63

Pontes, M. L. S., Cabrera, J. C. Ferreira, M.C., Aiello-Vaisberg, T.M.J. (2008). *Adoção e Exclusão Social: O Imaginário de Professores sobre a Criança Adotiva*.

Weber, L. N. D. (2003). Uma pesquisa de campo sobre conceitos e preconceitos acerca da adoção. In *Aspectos psicológicos da adoção*. 2ª edição. Curitiba: Juruá. pp. 75-98.

Winnicott, D.W. Desenvolvimento Emocional Infantil (1945) In *Da Pediatria à Psicanálise*. (Davi Litman Bogomeletz, Trad.). Rio, Imago, 2000.

Winnicott, D.W. Objetos transicionais e fenômenos transicionais (1951). In *O Brincar e a realidade*. (José Octávio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre, Trad.). Rio de Janeiro: Imago, 1975. 203p.

Winnicott, D.W. A localização da experiência cultural (1967). In *O Brincar e a realidade*. (José Octávio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre, Trad.). Rio de Janeiro: Imago, 1975. 203p.

Winnicott, D. W. (1983). Distorções do Ego em Termos de Verdadeiro e Falso Self. In *O Ambiente e os Processos de Maturação* (O. Constantino Trad.). Porto Alegre, Artes Médicas. (Original publicado em 1960).

Winnicott, D. W. (1971). O brincar: a atividade criativa e a busca de eu (self). In D. W Winnicott, *O Brincar e a realidade* (J. O. de A. Abreu & V. Nobre, Trads.) Rio de Janeiro: Imago. (Original Publicado em 1975).

Winnicott, D. W. (1997). Duas crianças adotadas. In *Pensando sobre crianças* (M. A. V. Veronese, Trad., pp. 115-125). São Paulo: Artmed (Original publicado em 1953).

Winnicott, D. W. (1997). Armadilhas na adoção. In *Pensando sobre crianças* (M. A. V. Veronese, Trad., pp. 126-130). São Paulo: Artmed (Original publicado em 1954).

Winnicott, D. W. (1997). A adolescência das crianças adotadas. In *Pensando sobre crianças* (M. A. V. Veronese, Trad., pp. 131-140). São Paulo: Artmed (Original publicado em 1955).